

# Cidade Digital mais perto da realidade

ARQUIVO JB

Cristiane Madeira

A implantação da Cidade Digital vencerá mais uma etapa essa semana. Amanhã, os distritais deverão votar em primeiro e segundo turno o Projeto de Lei Complementar (PLC) 26/2007, que transformará a área do parque tecnológico em um grande condomínio para que governo possa dividir os custos de manutenção com os empresários. A idéia é definir as regras para a instalação de empresas para que empreendimentos afins fiquem próximos, além de normas para a construção de prédios, garagens e flexibilização do tamanho dos lotes.

A expectativa do governo é começar as edificações a partir do final do primeiro semestre do 2008. A licitação para cercar a área, pavimentar ruas e construir calçadas e a entrada do parque já foi realizada. O recurso aplicado será de R\$ 8 milhões. As obras começarão até o fim do ano. E para as obras de infra-estrutura, o GDF conseguiu recursos de R\$ 40 milhões, por meio de emenda da bancada do DF no Congresso Nacional.

O projeto está em fase final e a elaboração ficou por conta das Companhias Energética de Brasília (CEB), de Saneamento Ambiental do DF (Caesb) e Urbanizadora da Nova Capital (Novacap). A infra-estrutura será feita em várias etapas a considerar o tamanho da área de 123 hectares.

O Conselho de Planejamento Urbano desenhou o projeto de

parcelamento da área que será apresentado terça, aos deputados, com base nas normas fixadas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) na licença prévia emitida ao GDF. O instituto exigiu que pelo menos 57% da área de impermeabilização fosse respeitada.

O governo ainda não definiu como os lotes serão repassados às cerca de 2 mil empresas que deverão se instalar no local. O secretário de Ciência e Tecnologia, Izalci Lucas, diz que o governador José Roberto Arruda

## Por meio de emendas, o governo dispõe de R\$ 40 milhões para obras de infra-estrutura

(DEM) definirá se os terrenos serão licitados pela Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), ou se os lotes serão entregues por meio de concessões de uso aos empresários por períodos de até 30 anos.

Segundo o secretário, a última alternativa é a mais vantajosa, tanto para governo quanto para a iniciativa privada. A concessão evita que o empresário venda a área que lhe corresponde a uma empresa cuja atividade não condiz com a proposta da Cidade Digital de transformar o DF no maior pólo de produção de tecnologia da informação e co-



Izalci Lucas: "Queremos gerar conhecimento, patentes e exportar"

nhecimento do país. Além disso, a compra de imóvel implica pagamento de mais impostos por parte do empresário.

– Nos interessa a manutenção do conceito de parque científico. Queremos gerar conhecimento, patentes e exportar. Mais do que isso, queremos garantir a área de desenvolvimento humano e evitar especulação imobiliária – disse Izalci.

A Cidade Digital já tem licença prévia expedida pelo Ibama, que permite a elaboração de projetos de infra-estrutura e parcelamento. O próximo passo será conseguir as licenças de instala-

ção e operação, que só serão possíveis após a aprovação do PCL na Câmara Legislativa.

O Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal realizaram a licitação para a escolha da empresa que construirá o data center, mas as obras só podem começar depois de expedida pelo Ibama a licença de instalação. Somente o Banco do Brasil deverá consumir cerca de 40 mil metros quadrados na construção do seu novo centro de processamento de dados. A área total da Cidade Digital é de 123 hectares, onde estão previstos 700 mil metros quadrados de obras.